

**COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**(AUDIÊNCIA PÚBLICA)
REQUERIMENTO Nº , DE 2007.
(Da deputada Federal Rebecca Garcia)**

Requer realização de Audiência Pública nesta Comissão, para discutir o Defeso, a proteção ao potencial piscoso no período da Piracema e a aplicabilidade dos instrumentos relativos a pagamento de seguro-defeso a pescadores.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro urgente realização de Audiência Pública, com a presença dos Senhores Altemir Gregolin, Ministro da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP), Marcos Barros, Presidente do IBAMA, Geraldo Bernardino, secretário executivo de Aquicultura e Pesca do Estado do Amazonas, e Aldemir Viana, gerente geral da SEAP do Amazonas, para discutir os mecanismos de proteção ao potencial piscoso no período da piracema nos rios da Amazônia, e o pagamento do seguro-defeso a pescadores, atualmente monopolizado pela Caixa Econômica Federal.

JUSTIFICATIVA

Em 2006/2007 milhares de pescadores receberam o seguro pelo defeso, que é um instrumento que tanto reflete uma compensação pelo respeito à piracema (ou acasalamento dos peixes), como uma indenização em razão da ocorrência de fenômeno natural, no caso das grandes secas na Amazônia.

No Estado do Amazonas há 57 colônias de pescadores que recebem o benefício pela Caixa Econômica, nos Municípios onde a instituição bancária detém agência. O resto depende de um avião do Governo do Estado e da boa vontade da superintendência da Caixa Econômica Federal em deslocar funcionários para pagamento *in loco* aos pescadores em áreas distantes da Capital. Isso acarreta riscos diversos, inclusive de segurança, o que obriga a polícia a deslocar pessoal para acompanhar o pagamento.

O Amazonas, pela sua diversidade, merece discutir a Ampliação e Melhoria do Programa, visando atender o maior número de Beneficiários na Amazônia. Preservar os cardumes que sobem os rios, a partir do Amazonas, é um dever brasileiro e mundial, uma vez que a Bacia Amazônica e seu manancial pesqueiro são patrimônio da humanidade, e seus rios atingem grande diversidade de países do Cone Norte.

Descentralizar o pagamento do Defeso é contribuir para a defesa do patrimônio biológico da Amazônica.

Casas lotéricas, agências do Banco do Brasil e Banco da Amazônia poderiam pagar o benefício, além dos pontos de atendimento do Banco Popular, sem que tivessem qualquer tipo de prejuízo e amplificando o Defeso, programa cujo acerto é indiscutível.

Sala das Comissões, 23 de Abril de 2007

REBECCA GARCIA
Deputada Federal PP-AM